



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

18026 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

AS CONCEPÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO MARANHÃO SOBRE O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Gisele Meireles Mendes - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

José Carlos de Melo - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Suzanne Rocha Guimarães - UFMA- PPGEEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

AS CONCEPÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO MARANHÃO SOBRE O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a criança pequena na educação infantil enquadra-se no etário de 4 a 5 anos e 11 meses. Complementarmente, há outros registros que consignam a criança pequena baseada nessa classificação, como os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 1988, v. I). Entretanto, convém salientar que para o ingresso dela no ensino fundamental há uma idade de corte prevista pela Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 01/2010 (Brasil, 2010).

Logo, o tema central deste estudo reverbera sobre a transição das crianças pequenas entre etapas da educação básica e que tem como objetivo analisar as concepções dos gestores escolares sobre a transição das crianças pequenas que saem da educação infantil e ingressam no primeiro ano do ensino fundamental.

A motivação deste estudo parte de inquietações sobre as rupturas e

descontinuidades das aprendizagens vivenciadas pelas crianças pequenas na educação infantil que são evidenciadas no ingresso do ensino fundamental, além da excessiva cobrança nas avaliações externas propostas pelos entes federativos sobre cumprimento de metas tangentes à alfabetização dessas em seus ingressos no primeiro ano do ensino fundamental, desvirtuando, assim, a lógica do princípio de formação integral delas vinculadas às interações e brincadeiras e aos seus direitos de aprendizagem.

Desta feita, tem-se como questão norteadora: “como os gestores escolares do município de São Bernardo do Maranhão concebem a transição das crianças pequenas da educação infantil para o ensino fundamental?”.

Com base neste problema, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, que se mostra adequada para a compreensão aprofundada das percepções e experiências dos participantes. O estudo se caracteriza como exploratório e descritivo, buscando explorar e descrever os significados atribuídos pelos participantes ao processo de transição escolar (Gil, 2017). Ademais, a pesquisa de campo foi realizada no município de São Bernardo do Maranhão com a participação gestores escolares nos quais colaboraram com o preenchimento de um questionário semiaberto, sendo este um dos principais instrumentos adotados para coleta de dados.

Conseqüentemente, os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e demonstraram que os participantes preocupam-se com o processo de alfabetização e defendem seu início ainda na educação infantil, bem como compreendem a transição das crianças pequenas como projeto de celebração de passagem.

Por fim, este estudo estrutura-se nesta parte introdutória, com sessões subsequentes que tratam da transição na perspectiva dos documentos oficiais, à luz das pesquisas realizadas sobre a transição com a equipe gestora, seguida da análise e discussões das percepções dos gestores escolares sobre a transição, culminando nas possibilidades inconclusivas do estudo.

2 O PERCURSO DA TRANSIÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

A transição da educação infantil para o ensino fundamental é um processo crucial na trajetória das crianças pequenas. Estudos destacam a importância de uma transição suave, contínua e processual na qual respeite o desenvolvimento integral das crianças pequenas preconizado no art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 (Brasil, 1996).

Por conseguinte, as sessões a seguir demonstrarão a importância desse percurso à luz dos documentos oficiais que dirimem o tema, bem como o destaque do papel e as posições dos gestores escolares descritos em pesquisas coletadas para o referencial teórico em tela.

2.1 O que dizem as pesquisas e os documentos oficiais sobre a transição da educação infantil para o ensino fundamental?

A transição de crianças entre a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental ganhou discussão no período de implementação de duas regras na educação básica, na ocasião da ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos (Brasil, 2006) e, consecutivamente, o ingresso das crianças de seis anos no primeiro ano desta etapa de ensino até o dia 31 de março (Brasil, 2010).

Entretanto, o que se observa dessas discussões ao longo da história é uma dicotomia no processo transitório das crianças entre as etapas (Menezes *et al*, 2024; Novicki, 2021). Percebe-se com a revisão dos documentos oficiais que a responsabilidade e articulação sobre a transição é institucional, ou seja, a cargo das próprias unidades de ensino. Ademais, não há prevalências de documentos oficiais específicos para as práticas educativas com ênfase em transições de crianças por parte do Ministério da Educação (MEC), exceto aqueles criados pelas próprias redes de ensino, como é o caso dos municípios de Manaus (Menezes *et al*, 2024) e São Paulo (São Paulo, 2019).

Outras pesquisas que confirmam o aspecto dicotômico dos documentos propostos pelo MEC são o de Ferraresi (2015), que relata a falta de efetividade das políticas educacionais por parte do governo, e Rodrigues (2020, p. 16), afirmando que “as Secretarias de Educação precisaram reelaborar suas Propostas Pedagógicas e as escolas os seus Projetos Pedagógicos”. Assim, é notório que não há práticas educativas convergentes que asseguram uma transição segura e sem rupturas para as crianças pequenas que saem da educação infantil e ingressam no primeiro ano do ensino fundamental.

É cabível ressaltar que as orientações propostas pelo MEC não garantem a continuidade das aprendizagens das crianças, ainda pequenas, no primeiro ano do ensino fundamental. Além das inadequações com estruturas físicas e recursos didáticos e pedagógicos, não há formação de educadores para que se ocupem de práticas específicas para este público. Portanto, as alterações dos ordenamentos jurídicos “não levou a uma resignificação dos espaços de forma a contemplar as necessidades da infância, reafirmando o paradoxo entre teoria e prática” (Novicki, 2021, p. 66).

Por fim, há de se considerar que os documentos oficiais que orientam a elaboração de um currículo integrado e transversal não propõem práticas que

repertorie ludicidade, múltiplas linguagens e culturas infantis, além progressividade de competências e habilidades que viabilizem comportamentos conexos às etapas do desenvolvimento infantil.

2.2 O que dizem as pesquisas sobre a atuação dos gestores escolares na transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental?

Parcos estudos envolvendo a gestão escolar em transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental foram produzidos ao longo das últimas décadas no território brasileiro. Tal fato corrobora com os levantamentos de pesquisas realizados por Rodrigues (2020), Souza (2018) e Ferraresi (2015), tanto sobre a escassez do tema quanto a falta de aderência da política de implantação do ensino fundamental de nove anos nos sistemas de ensino.

Como dito, a política que permeia a transição entre educação infantil e ensino fundamental fora imposta sem precedentes formativos por parte dos entes federativos, responsabilizando instituições de ensino e gestores escolares pelo processo (Rodrigues, 2020). Logo, a autora demonstra em seus estudos uma preocupação com a formação dos profissionais da gestão escolar, haja vista que evidenciou desarticulação entre as instituições educativas no que tange ao diálogo institucional e tomadas de decisões coletivas que proporcionem uma transição contínua, sem rupturas e fragmentações das crianças da educação infantil para o ensino fundamental.

Merli (2021) ilustra alguns impasses, por exemplo, na adesão de gestores escolares às formações continuadas e estudos em grupo para diálogos e práticas para transição entre educação infantil e ensino fundamental. Logo, conclui-se que gestores escolares empenham-se mais em ações e projetos que geram resultados quantitativos expressos por ranqueamentos e receitas para viabilizá-los do que pelas práticas institucionais que garantam a equidade da transição entre educação infantil e ensino fundamental.

As instituições de ensino, por vezes, sentem dificuldades em elaborar esforços coletivos para produzir práticas colaborativas voltadas à transição entre as etapas. Kucybala, Felicetti e Robayo (2022, p. 10) apontam que

é importante frisar novamente a importância de um currículo que considere as crianças, suas potencialidades, sentimentos, imaginação, além de toda diversidade que o ambiente proporciona. Com um currículo flexível e significativo, é possível pensar em práticas pedagógicas voltadas a experiências significativas e enriquecedoras para todos que dele participam.

Diante desse apontamento, é pertinente pensar sobre possíveis dualidades que ocorrem nos espaços educativos diante das demandas que devem ser

articuladas colaborativamente. Pode-se inferir que uns realizam práticas que favoreçam a transição em seus espaços e outros que realizam práticas educativas que desconsideram as aprendizagens infantis.

De certo, a gestão escolar, além de se responsabilizar pelas práticas e garantias do processo transitório, também é responsável pela formação continuada em seus espaços para acolher e promover a transição das crianças pequenas. O excesso de demandas e atribuições dadas à gestão escolar acabam por superficializar as práticas efetivas que devem constituir o processo transitório das crianças pequenas da educação infantil para o ensino fundamental (Souza, 2018).

Não obstante, os excertos de Kucybala, Felicetti e Robayo (2022) reafirmam a importância da formação continuada em especificidade para o processo de transição as crianças pequenas devido aos saberes essenciais que fundamentam o desenvolvimento na infância. Tais especificidades relacionam-se diretamente às características das crianças pequenas em seus contextos, aos saberes que educadores já carregam consigo e à realidade da comunidade escolar, que é única para cada instituição educacional.

Por conseguinte, evidencia-se que a equipe gestora é corresponsável pelo processo transitório das crianças pequenas, desde a inclusão das orientações legais em suas propostas pedagógicas institucionais, pela formação contínua das equipes e profissionais até o compartilhamento de princípios e concepções que envolvam as infâncias, crianças e suas aprendizagens ao longo do tempo.

3 O QUE OS GESTORES ESCOLARES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO RELATAM SOBRE A TRANSIÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL?

A sequência teórica ora demonstrada apontaram que os documentos oficiais sobre as orientações de transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental oferecem subsídios para as instituições educativas ofertarem o processo transitório de modo adequado, dialógico e contínuo entre si para as crianças pequenas.

Desta maneira, por meio da análise de dados, teceu-se como objetivo analisar as concepções que gestores escolares possuem acerca desse processo. Reafirmando, os participantes responderam um questionário semiaberto e após as leituras flutuantes e pré-análise seguindo os pressupostos de Bardin (2011), foi possível extrair os dados e organizá-los em duas categorias para análises e discussões.

A primeira categoria organizada para interpretações dos dados foi as “aprendizagens essenciais” que as crianças pequenas da educação infantil devem carregar consigo quando forem para o primeiro ano do ensino fundamental. Os gestores escolares concebem como aprendizagens essenciais aquelas que envolvem experiências em torno da coordenação motora, noções de números, iniciação à leitura e escrita (alfabetização), autonomia e habilidades socioemocionais.

Nesta seara, evidenciou-se por parte dos gestores respondentes uma preocupação excessiva com questões que envolvem o aspecto cognitivo, como a ênfase na alfabetização e apropriação numérica, corroborando com os dados analisados por Souza (2018, p. 72) em que aponta “algumas queixas, sobre por exemplo, o não conhecimento, pelas crianças, dos números, da noção de quantificação, do alfabeto, e também o fato de muitas delas não saberem escrever o próprio nome ainda”.

Em seguida, a segunda categoria identificada foi “desafios enfrentados pelas crianças pequenas na adaptação no primeiro ano do ensino fundamental”. Assim, as equipes gestoras apresentaram suas percepções nos primeiros momentos de ingresso dessas crianças, caracterizando rupturas que elas podem enfrentar na transição.

Os apontamentos descritos pelos participantes revelaram que a adaptação à nova rotina, a inserção do processo de alfabetização e um novo currículo com foco em áreas de conhecimento são os grandes desafios que as crianças pequenas enfrentam nos novos espaços durante a transição. Essa preocupação também é descrita nas análises de Kucybala, Felicetti e Robayo (2022) e as autoras alegam que tal visão está engessada num paradigma tradicional de se conceber o início da escolarização ainda na educação infantil.

Portanto, torna-se evidente que os gestores escolares não promovem diálogos e planejamentos colaborativos sobre práticas pedagógicas que se ocupam de acolhida, do cuidado, da ludicidade, da continuidade e da interação nos espaços em que se dão as transições dessas crianças pequenas, garantindo-lhes direitos de aprendizagens e, sobremaneira, mitigando as tensionalidades vivenciadas pelas crianças e educadores nas trocas de etapas.

5 CONCLUSÕES TRANSITÓRIAS

Neste estudo, buscou-se como objetivo analisar as concepções que os gestores escolares do município de São Bernardo do Maranhão possuem acerca da transição das crianças pequenas da educação infantil para o ensino

fundamental.

Desde a sua promulgação, a lei nº 11274/2006 que tornou obrigatório a vinda da criança pequena da educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental vem tornando-se ponto de debates acerca do processo de transição. É evidente que não há uniformidade em relação às articulações que devem ser propostas nesse processo, deixando à cargo das redes de ensino a organização do mesmo.

Faz-se necessário que os gestores escolares, apesar das dicotomias e paradoxos apresentados nas políticas de orientação do ensino fundamental de nove anos, compreendam que não há práticas pedagógicas prontas para serem realizadas na transição e que o movimento seja pertinente ao *espaçotempo* destinado às crianças pequenas, bem como a integração de suas experiências ao mundo do conhecimento histórico socialmente acumulado.

Portanto, tecer diálogos com a equipe gestora sobre a transição das crianças pequenas da educação infantil para o ensino fundamental são urgentes para mitigar rupturas e descontinuidades nas práticas pedagógicas com este público e interceder por diálogos institucionalizados entre estes espaços, garantindo a constância dos direitos de aprendizagens das crianças pequenas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de: L'Analyse de Contenu.

BRASIL. Lei nº 9394/1996, de 22 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Ministério de Educação e Cultura. Brasília, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental (org.). **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: Brasília: Mec/Sef, 1998. 1 v. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 01 abr 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações gerais**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosgeral.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Brasília, DF, 9 dez. 2010. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN72010.1;query=Brasil. Acesso em: 06 jul 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral (org.). **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculare. Acesso em: 17 maio 2024.

FERRARESI, Paula Daniele. Ensino Fundamental de Nove Anos: Uma Ampliação de Direitos? 2015. 215f. **Dissertação. (Mestrado em Educação)** – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Disponível em <https://doi.org/10.11606/D.59.2014.tde-10022015-093823>. Acesso em: 26 maio 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KUCYBALA, Fabíola dos Santos; FELICETTI, Vera Lucia; ROBAYO, Adriana del Rosario Pineda. A transição entre a educação infantil e o ensino fundamental: uma revisão à literatura. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 15, n. 34, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570272314097>. Acesso em: 10 jul 2024.

MENEZES, Elanne de Souza *et al.* DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL: PERCURSOS TRANSITÓRIOS EM CRECHE, PRÉ-ESCOLA E 1º ANO UM GUIA DE TRANSIÇÃO ESCOLAR. Recife: **Even3 Publicações**, 2024. DOI 10.29327/5389224. Disponível em <https://publicacoes.even3.com.br/book/da-educacao-infantil-ao-ensino-fundamental-percursos-transitorios-em-creche-pre-escola-e-1o-ano-um-guia-de-transicao-escolar-3892245>. Acesso em: 10 jul 2024.

MERLI, Angélica de Almeida. A transição da educação infantil para o ensino fundamental: reflexões em encontros formativos integrados. 2021. **Tese (Doutorado)** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48135/tde-27082021-120807/>. Acesso em: 30 mar 2024.

NOVICKI, Lurdete Castelan. O QUE ENCONTRAMOS SOBRE A TRANSIÇÃO DA CRIANÇA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: UMA IMERSÃO AO BANCO DA CAPES ENTRE 2007 A 2017. **Revista Brasileira de Alfabetização**, [S. l.], n. 15, p. 63–76, 2021. DOI: 10.47249/rba2021496. Disponível em: <https://www.revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/496>. Acesso em: 26 maio 2024.

RODRIGUES, Rachel Moreira Almeida. Uma década de implementação do ensino fundamental de nove anos: a produção acadêmica sobre a transição da educação Infantil para o ensino fundamental. 2020. 138f. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/221106>. Acesso em: 10 jul 2024.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade: Educação Infantil**. – São Paulo: SME / COPED, 2019. Disponível em <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-educacao-infantil>. Acesso em: 10 jul 2024.

SOUZA, Tais Luciana de. A ação formativa do coordenador pedagógico na transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. 2018. **Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Formação de formadores)** – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21682>. Acesso em: 30 jul. 2024.